



24° ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Perspectivas Contemporâneas na Ciência da Informação
• Vitória - ES • Ancib • PPGCI/UFES



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação

**ANÁLISE DE DOMÍNIO E MUSEOLOGIA:
PROPOSIÇÕES PARA FEITURA DE PLANOS MUSEOLÓGICOS**

***DOMAIN ANALYSIS AND MUSEOLOGY:
PROPOSITIONS FOR MAKING MUSEOLOGICAL PLANS***

Thainá Castro Costa - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Filipe Gomes de Souza - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Instituições museais são equipamentos culturais que possuem atribuições comunicacionais, com públicos visitantes, que se estendem aos âmbitos da educação, entretenimento e lazer. A ferramenta primária utilizada para atender aos públicos visitantes de museus é a concepção e montagem de exposições; para obtenção de êxito na produção de exposições as instituições museais dependem de sistemas de organização internas que compreendem a preservação das suas coleções museológicas, a documentação de acervos, a elaboração de discursos expositivos e o desenvolvimento de estratégias de comunicação sensorial advindas de componentes constituintes de suas coleções. Para suprir as demandas organizacionais dos museus se faz necessário o uso de ferramentas de gestão, sendo a ferramenta mais expressiva para organização museal o plano museológico. Considerando o exposto, o presente trabalho objetiva discutir as possibilidades da análise de domínio como abordagem norteadora no desenvolvimento de artifícios para concepção e fomento de planos museológicos. A metodologia se dá por meio da revisão bibliográfica especializada dentro dos campos da Ciência da Informação e da Museologia. Verifica-se como resultado que há aspecto de potencial ferramental e metodológico no emprego da análise de domínio para construção de planos museológicos.

Palavras-chave: análise de domínio; Museologia; plano museológico.

Abstract: Museum institutions are cultural facilities that have communicational responsibilities, with visiting audiences, which extend to the areas of education, entertainment and leisure. The primary tool used to serve museum visitors is the design and assembly of exhibitions; To achieve success in the production of exhibitions, museum institutions depend on internal organizational systems that include the preservation of their museum collections, the documentation of collections, the elaboration of exhibition discourses and the development of sensorial communication strategies arising from constituent components of their collections. To meet the organizational demands of museums, it is necessary to use management tools, with the most significant tool for museum organization being the

museum plan. Considering the above, the present work aims to discuss the possibilities of domain analysis as a guiding approach in the development of devices for designing and promoting museum plans. The methodology is carried out through specialized bibliographic review within the fields of Information Science and Museology. As a result, it can be seen that there is an aspect of tool and methodological potential in the use of domain analysis for the construction of museological plans.

Keywords: domain Analysis; Museology; museological plan.

1 INTRODUÇÃO

As instituições museais são equipamentos culturais que podem ser compreendidas como estabelecimentos que se caracterizam por preservar, pesquisar e apresentar testemunhos materiais e imateriais provenientes das relações entre o ser humano, suas realidades e semelhantes (Desvallées; Mairesse, 2013). Dentro da perspectiva governamental brasileira os princípios fundamentais dos museus, segundo o Artigo 2º da Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009, são:

- I – a valorização da dignidade humana;
- II – a promoção da cidadania;
- III – o cumprimento da função social;
- IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;
- V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;
- VI – o intercâmbio institucional.

Para o cumprimento dos princípios fundamentais legais de instituições museológicas profissionais de cultura e museu se valem de ações de gestão, preservação e comunicação, muitas das quais são oriundas de diferentes ciências e campos do conhecimento, como: Antropologia, Ciência da Informação, História, Museologia entre demais áreas.

A Museologia tem destaque entre as áreas anteriormente citadas por ser um campo que pode ser definido como uma ciência social aplicada que possui como mote o desenvolvimento de práticas e mecanismos que imbricam patrimônios e identidades permeando as relações humanas a nível de indivíduo ou coletivo (Bruno, 1996). Dentre as diversas práticas de natureza organizacional da Museologia o plano museológico é a ferramenta de destaque por ser:

[...] um instrumento administrativo para uma gestão qualificada, compreende uma estrutura (basicamente a mesma para qualquer instituição) e uma forma a partir das especificidades (a conjuntura e

circunstâncias próprias de cada museu). É elaborado pela equipe do museu numa gestão participativa, preparado em etapas - diagnóstico, delimitação da vocação institucional e preparação de documento que compreende as políticas institucionais, missão, objetivos, metas estratégicas, programas e apontamentos para o desenvolvimento de projetos específicos (Cury, 2013, p. 21).

O plano museológico, como demonstrado acima, é um documento construído de forma coletiva que fundamenta os parâmetros organizacionais e visões estratégicas de uma instituição museal, todavia, a construção de um plano museológico exige meticulosidade e períodos de tempos para sua construção.

Dado o exposto até o presente momento, este estudo tem o intuito de discutir e apresentar a análise de domínio como abordagem para criação e desenvolvimento de planos museológicos, para tal serão elencados os pontos basilares que constituem um plano museológico e também definidos os princípios da análise de domínio.

Para o êxito do estudo foi realizada uma pesquisa teórica, de natureza exploratória e qualitativa, baseada em referências especializadas e pertinentes, onde a seleção de obras citadas foi realizada por meio de levantamento bibliográfico com amostragem intencional com o critério de seleção sendo a articulação de pressupostos teóricos da Ciência da Informação (CI) e da Museologia.

A justificativa do presente estudo se dá como relevante por ser proponente de discussões caras ao fomento de uma elaboração de documento que é exigência legal de instituições museais dentro do território nacional conforme a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que estabelece o Estatuto de Museus e o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que cria o Instituto Brasileiro de Museus, o IBRAM.

2 A FERRAMENTA: PLANO MUSEOLÓGICO

No início do século XXI foi importado ao Brasil o conceito de plano diretor para museus, uma ferramenta para gestão de museus desenvolvida na Bretanha que consistia na definição de uma missão institucional, metas, objetivos no momento presente e coleta de indicadores de desempenho (Davies, 2001). Entretanto, no ano de 2006 o Governo Federal do Brasil tendo recebido visitas de novos especialistas, ingleses e espanhóis, decide que o modelo espanhol

serve como base mais adequada para a construção do que seria conhecido nacionalmente como plano museológico (Xavier, 2014).

Para o museólogo Cícero Almeida o plano museológico brasileiro tem como objetivos:

1. Possibilitar o equilíbrio e a estabilidade na gestão do museu, independentemente de sua direção e de seu corpo de trabalhadores;
2. Implantar uma estrutura básica de funcionamento dentro da qual podem ser tomadas decisões estratégicas;
3. Assegurar a salvaguarda do acervo;
4. Tornar clara a missão e as ações do museu tanto para funcionários quanto para o público;
5. Definir com clareza as ações coletivas e individuais no interior do museu, estabelecendo as responsabilidades de cada área de trabalho;
6. Propiciar o uso mais eficaz dos recursos;
7. Pensar no museu como um organismo complexo e interdependente, a partir dos princípios estabelecidos no Estatuto de Museus e demais documentos normativos, e na importância de estabelecer um equilíbrio entre as suas partes;
8. Identificar situações emergenciais ou de risco iminente;
9. Levantar em consideração a capacidade de solução dos problemas, através dos recursos de pessoal e orçamentários disponíveis;
10. Preparar o museu para novas realidades (2013, p. 29-30).

Para o cumprimento de objetivos de um plano museológico se fazem necessárias etapas de diagnóstico institucional e os planejamentos estratégico, tático e operacional, onde o planejamento estratégico corresponde a fase conceitual, o tático se refere aos programas a serem estabelecidos e o operacional diz respeito aos projetos. Como finalidade, planos museológicos operam de forma a constituir programas e projetos institucionais, onde os programas abrangem a realidade macro do museu e os projetos apontam ações e práticas específicas oriundas dos programas.

A orientação técnica vigente para construção de um plano museológico expande a compreensão sobre as três frentes de planejamentos, anteriormente nominadas, com a indicação de um desenvolvimento diacrônico, pois coloca-se que elaboração de um plano museológico conta com três etapas onde a primeira etapa abrange a caracterização, missão, visão e valores, diagnóstico, análise SWOT e objetivos estratégicos, a segunda etapa consiste na elaboração de doze programas institucionais e a terceira etapa está alinhada ao panorama de projetos que é de natureza particular a cada museu (IBRAM, 2022).

O planejamento conceitual, primeira etapa, prevê a caracterização histórica, a descrição física e as atividades realizadas pelo museu, assim como define a missão do museu

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

que se compreende como as razões e motivações institucionais de atuação, a visão que são os propósitos de desenvolvimento futuro do museu, valores que se relaciona com a ética e as características de interação com os públicos visitantes e comunidades circundantes, um diagnóstico e análise SWOT para avaliação da situação presente do museu prospectando qualidades e insuficiências e traçando pontos para explorar o aprimoramento funcional e, por fim, os objetivos estratégicos que são pontos a serem solucionados a curto e médio prazo, muitas vezes se refletindo nos desdobramentos dos programas (Cândido, 2014).

O IBRAM, em consonância com o Estatuto dos Museus, estabeleceu que os programas, o planejamento tático e segunda etapa dentro da elaboração de um plano museológico, devem ser apresentados na seguinte configuração:

Institucional: abrange o desenvolvimento e a gestão técnica e administrativa do museu, além dos processos de articulação e cooperação entre a instituição e os diferentes agentes.

Gestão de Pessoas: abrange as ações destinadas à valorização, capacitação e bem-estar do conjunto de servidores, empregados, prestadores de serviço e demais colaboradores do museu, o diagnóstico da situação funcional existente e necessidades de readequação.

Acervos: abrange o processamento técnico e o gerenciamento dos diferentes tipos de acervos da instituição, incluídos os de origem arquivística e bibliográfica.

Exposições: abrange a organização e utilização de todos os espaços e processos de exposição do museu, intra ou extramuros, de longa ou curta duração.

Educativo e Cultural: abrange os projetos e as atividades educativo-culturais desenvolvidos pelo museu, destinados a diferentes públicos e articulados com diferentes instituições.

Pesquisa: abrange o processamento e a disseminação de informações, destacando-se as linhas de pesquisa institucionais e os projetos voltados para estudos de público, patrimônio cultural, museologia, história institucional e outros.

Arquitetônico-Urbanístico: abrange a identificação, a conservação e a adequação dos espaços livres e dos construídos, bem como das áreas em torno da instituição, com a descrição dos espaços e instalações adequados ao cumprimento de suas funções, e ao bem-estar dos usuários, servidores, empregados, prestadores de serviços e demais colaboradores do museu, envolvendo, ainda, a identificação dos aspectos de conforto ambiental, circulação, identidade visual, possibilidades de expansão, e acessibilidade física e linguagem expográfica voltadas às pessoas com deficiência.

Segurança: abrange os aspectos relacionados à segurança do museu, da edificação, do acervo e dos públicos interno e externo, incluídos sistemas, equipamentos e instalações, e a definição de rotinas de segurança e estratégias de emergência.

Financiamento e Fomento: abrange o planejamento de estratégias de captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos.

Comunicação: abrange ações de divulgação de projetos e atividades da instituição, e de disseminação, difusão e consolidação da imagem institucional nos âmbitos local, regional, nacional e internacional.

Socioambiental: abrange um conjunto de ações articuladas, comprometidas com o meio ambiente e áreas sociais, que promovam o desenvolvimento dos museus e de suas atividades, a partir da incorporação de princípios e critérios de gestão ambiental (incluído pelo Decreto nº 8.124, de 2013).

Acessibilidade Universal (incluído pela Lei nº 13.146, de 2015): projetos e ações relativas à acessibilidade a todas as pessoas nos museus deverão ser explicitados em todos os programas integrantes em programa específico, resultado de agrupamento ou desmembramento (2013, p. 36).

Os programas abarcam de forma ampla e consistente as frentes de atuação e os pilares que organizam e mantêm o funcionamento interno e público de um museu, eles também apontam de forma consistente as necessidades de fortalecimento institucional e os passos requeridos e planejados para o aprimoramento museal.

Os projetos, terceira etapa ou planejamento operacional, diferem de acordo com cada instituição, pois neles são refletidas as prioridades no que diz respeito ao trato museográfico, museológico e predial.

3 ANÁLISE DE DOMÍNIO

A Ciência da Informação é muito profícua no que tange a multiplicidade de conhecimentos que a constituem, tal característica é percebida pela natureza interdisciplinar da CI como demonstrado por Saracevic (1995) e também pode ser atrelada às diferentes correntes epistemológicas paradigmáticas presentes na gênese e transformação do campo que lhe conferem fundamento e referenciais científico, filosófico e social como pode ser visto em Epistemologia e Ciência da Informação (Capurro, 2003).

Um dos expoentes expressivos teórico-práticos da CI é a análise de domínio, que foi primeiramente caracterizada como uma abordagem técnica investigativa orientada ao âmbito social coletivo (Hjørland; Albrechtsen, 1995). A análise de domínio se utiliza de uma perspectiva exploratória dos campos distintos do conhecimento, considerados domínios, e das comunidades discursivas, que são indivíduos aglutinados em grupos por interesses ou

ocupações que lhes são comuns, onde são estabelecidas formas de relacionamento particulares com o conhecimento ou prática em questão (Hjørland, 2004).

Um domínio também pode, de forma complementar, ser caracterizado como:

[...] um grupo de usuários, um campo de conhecimento, uma disciplina científica, uma empresa, comunidade discursiva ou como universo de representação do assunto. Sua função é possibilitar a comunicação, conferindo intersecção epistemológica, ontológica e sociológica entre os agentes contextualizados (Amorim; Café, 2016, p. 82).

Por conseguinte, a análise de domínio pode ser definida como abordagem que tem por objetivo “[...] identificar os objetos, os processos e suas relações para a construção de um vocabulário de um determinado domínio que, pode ser usado tanto para as atividades de organização, quanto de recuperação da informação e do conhecimento” (Dias, 2015, p. 8). Se faz reconhecido o teor utilitário da análise de domínio enquanto ferramenta metodológica em processos de construção e desenvolvimento não só de sistemas de informação mas também de dinâmicas de gestão, pelo seu caráter organizacional da informação.

No propósito de viabilizar o caráter técnico da abordagem são elencados por Hjørland (2002 *apud* Freitas; Albuquerque, 2017, p. 10-12) onze perspectivas para instrumentalizar a análise de domínio, sendo elas:

1. Guias de literatura e portais de assuntos especializados: onde organizam as listagens de fontes de informação de acordo com a função e tipologia dos recursos nos domínios de conhecimento. Podem demonstrar os pontos semelhantes e diferentes das obras, a inter-relação entre os temas, apoiar a gestão feita pelo usuário da literatura especializada além de evidenciar as descrições ideológicas das fontes informacionais e como estas se relacionam;
2. Elaboração de tesouros e classificações especializadas: vocabulários utilizados especificamente para um domínio. Organizados através de relações semânticas, sinonímicas, ou seja, utilizam a estrutura lógica e semântica para a organização das categorias e dos conceitos de um domínio.
3. Indexação e recuperação especializada: aperfeiçoar a recuperação da informação através da organização dos conteúdos dos recursos informacionais, melhorando assim a visibilidade das informações e os aspectos epistemológicos potenciais.
4. Estudos empíricos de usuários: procuram estabelecer o comportamento de busca, estratégias cognitivas e preferências dos usuários a fim de organizar os domínios de acordo com os modelos mentais de contexto dos usuários de informação.
5. Estudos Bibliométricos: a partir das métricas da produção do conhecimento a possibilidade de conhecer as conexões entre os

documentos, entre os pesquisadores e os assuntos tratados, assim como perceber qual a abrangência geográfica destes elementos para que possam ser relacionados.

6. Estudos históricos: possibilidade de estudos a partir das origens, epistemologia, fundamentações, formas de expressão e diferentes influências dos domínios do conhecimento.

7. Estudos de gênero e documentais: consideram as estruturas e os elementos que as disciplinas ou as comunidades discursivas elaboram tipos de documentos de acordo com suas necessidades.

8. Estudos críticos e epistemológicos: permite a organização dos documentos de acordo com o entendimento das diferenças entre os paradigmas, abordagens, técnicas e metodologias dos domínios.

9. Estudos terminológicos, de linguagem e de discurso: possibilita compreender os problemas sobre a linguagem controlada e natural, as relações semânticas e os possíveis discursos para uma melhor recuperação das informações.

10. Estudos das estruturas e das comunidades científicas: conhecimento dos indivíduos e instituições para distinguir as especificidades envolvidas concernentes ao domínio

11. Análise de domínio em cognição profissional e inteligência artificial: possibilita o estudo a partir de modelos mentais ou métodos para organizar o conhecimento na concepção de sistemas peritos.

A ampla abrangência de competências de coleta e organização informacional da análise de domínio permite a construção segura de compreensão semântica da área de conhecimento analisada, garantindo o entendimento de conceitos e ontologias específicas e possibilitando um maior escopo de qualidade em incursões que a utilizam.

4 PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA: ANÁLISE DE DOMÍNIO E PLANO MUSEOLÓGICO

A elaboração de um plano museológico movimenta todas as instâncias da instituição museal e as comunidades ao seu entorno, para construção de um plano coerente se fazem exigidas a presença das equipes que integram o museu e, muito possivelmente, profissionais contratados e convidados para participar como consultores e colaboradores em conselhos diretivos de gestão do plano devido ao grande número de pormenores que devem ser considerados para obtenção de êxito.

Um grande desafio para as instituições que ainda estão em processo de desenvolvimento do plano museológico, ou mesmo as que irão iniciar, é a variação tipológica

de museus e conseqüentemente as particularidades e necessidades atreladas às diferentes classificações, pois, quando se trata de materiais oficiais com orientações teórico e práticas sólidas de gestão de museu, em seus variados níveis, é comum a realização de que poucas tipologias são contempladas nessa categoria de publicações, como é possível observar no Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020 (Instituto Brasileiro de Museus, 2010) e Como gerir um museu: manual prático (Boylan, 2004).

Para além da classificação institucional, os planos museológicos devem levar em consideração também as diferentes tipologias de acervo que integram as coleções de uma única instituição, uma vez que cada categoria de acervo possui especificações e requisitos protocolares distintos de conservação.

Em suma, são múltiplos os desafios impostos na elaboração de um plano museológico, são inúmeras as variáveis a serem consideradas a nível técnico. Comumente, a única metodologia de gestão e análise técnica utilizada para sanar as necessidades de diagnóstico de um museu em fase inicial de delineamento do plano museológico, seja em nível administrativo ou de trato museológico, é a análise SWOT ou matriz FOFA, que é caracterizada por ser uma ferramenta de análise holística oriunda de modelos empresariais que tem como objetivo a identificação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (Hofrichter, 2017). Todavia, por ter uma serventia geral e primária os produtos resultantes da aplicação de uma análise SWOT são generalistas e por conta disso não abarcam as minúcias presentes em instituições museais, principalmente no que se refere aos acervos.

Em contrapartida, a análise de domínio - como referenciado na seção três deste trabalho - tem como voga a investigação conceitual de domínios por meio da prospecção documental, empírica, social ainda levando em consideração suas singularidades.

Portanto, levando em consideração a qualificação de um domínio e suas camadas de especialização (Tennis, 2003) inspirado no delineamento metodológico de Hjørland (2002), expresso por Freitas e Albuquerque (2017) faz-se a proposta do uso da análise de domínio como uma ferramenta para elaboração de uma estratégia organizacional que fomenta a construção de um plano museológico, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Processo para construção de um plano museológico empregando a análise de domínio

Etapa do processo	Característica processual	Abordagem proposta por Hjørland (2002)
Delineamento do domínio	<ul style="list-style-type: none">• Diagnóstico predial;• Estudo histórico e administrativo da instituição;• Listagem das atividades realizadas;• Levantamento de acervo (arrolamento e inventário).	Guias de estudos históricos.
Qualificação do domínio	<ul style="list-style-type: none">• Estudos de públicos;• Estudos de desempenho interno (consulta de profissionais da instituição);• Revisão da identidade institucional (missão, visão e valores);• Produção de quadros informacionais museais (tipos de acervo).	Estudos empíricos de usuários; Estudo de gênero e documentais.
Encaminhamento para construção do plano museológico	<ul style="list-style-type: none">• Estudo e caracterização de conceitos museológicos;• Definição de Conselho consultivo para construção do plano museológico;• Elaboração de oficinas participativas (equipes internas e comunidades);• Elaboração de um cronograma de ação.	Estudos das estruturas e das comunidades científicas; Elaboração de tesouros e classificações especializadas.

Fonte: Elaborado pela autora e autor, fundamentando em Hjørland (2002) e Freitas e Albuquerque (2017).

O quadro acima demonstra um esquema dividido em três etapas que, se aplicado, constituirá um dossiê com informações de grande estima para instituições, pois propiciam a construção mais fluída de um plano museológico ou demais ferramentas de gestão.

Na primeira etapa do processo temos o delineamento do domínio, que consiste na aplicação da abordagem histórica para compreensão da gênese da instituição museal, buscando em referências acadêmicas e documentais, sejam administrativas ou de outra natureza, como foi a fundação do museu, traçando sua origem burocrática, possibilitando noções que irão influenciar na qualidade do diagnóstico predial estrutural, que consiste na

avaliação de estruturas elétricas, hidráulicas, circuitos de passagem e também a possibilidade de rastreamento das origens dos acervos preservados nas coleções museais. Ainda na primeira etapa encontra-se o levantamento de acervo por meio de arrolamento e inventário, que são dois documentos que registram - idealmente - em totalidade o volume de acervos do museu, o primeiro em forma de lista por linhas mais gerais e o segundo utilizando fichas individuais para cada acervo que o descreve com medidas, imagens e referências administrativas, artísticas e estéticas.

Posteriormente, a qualificação do domínio emprega o estudo empírico de usuários para desenvolver as frentes de estudo de públicos e os estudos de desempenho interno. Os estudos de públicos normalmente consultam visitantes e usuários das dependências de um museu sobre sua satisfação quanto a mais variada gama de questões, que variam sobre a qualidade das exposições, o nível de atendimento oferecido pelas equipes internas, o conforto material oferecido dentro da área do museu assim como questiona possíveis ou indicações de melhorias ou sugestões que os visitantes possam ter. Os estudos de desempenho interno dizem respeito a reunião de opinião dos profissionais que integram as equipes que atuam no museu, coletando informações acerca das condições de trabalho, disponibilidade de equipamentos de proteção, de material e insumo para realização de atividades específicas, satisfação para com figuras de liderança, condições de salubridade das dependências de trabalho assim como registra rendimento individual de cada profissional.

Ainda no processo de qualificação do domínio, o emprego dos estudos de gênero e documentais possibilita a revisão da identidade institucional que consiste na busca de amparo na literatura especializada e documentação administrativa para avaliar a compatibilidade dos tópicos institucionais norteadores, missão, visão e valores - apontados na seção dois - no intuito de tornar o funcionamento e apresentação do museu coerente com as ações por ele realizadas e serviços oferecidos.

Também nessa etapa está o tópico de produção de quadros informacionais com apontamento de classificação tipológica de acervo e volume de itens das coleções museais, que está igualmente amparado no princípio de estudo de gênero documental de museu, possibilitando a visualização concreta da variedade material presente na instituição, questão nevrálgica para os momentos posteriores de planejamento.

A etapa final instrui elementos de suma relevância para construção de um plano museológico com especial destaque para o desenvolvimento de programas museológicos,

uma vez que, partindo dos princípios do estudos das estruturas e comunidades científicas e a elaboração de tesouros e classificações especializadas os profissionais envolvidos podem realizar levantamentos teóricos e técnicos, consultando a bibliografia especializada e manuais científicos, para balizar e empregar os conceitos museológicos pertinentes levando em consideração os dados obtidos dos quadros informais volumétricos produzidos na etapa de qualificação do domínio no tange aos acervos, garantindo a classificação.

Outro aspecto dessa etapa é a definição de um conselho consultivo que será acionado para garantir a tomada de decisão conjunta com os interesses coletivos como prioridade. É de interesse comum que o conselho seja composto por indivíduos de ocupações diversas como membros da direção do museu, da ala técnica, da manutenção, da monitoria, visitantes voluntários e membros da comunidade do entorno do museu para o alinhamento das necessidades e ampliação das experiências visando o apontamento de possíveis avanços e melhorias a serem feitos, aqui também está inserida a frente de criação de oficinas museológicas para que membros do conselho, membros da instituição e demais interessados possam estar minimamente familiarizados com o trabalho que está sendo proposto, a importância e processos necessários para construção do plano museológico.

O encaminhamento final do processo reside na esfera da projeção, onde a proposta é o desenho de um cronograma de ação, que é composto de um calendário de atividades que identifica as estimativas temporais e de recurso para construção do plano museológico, estimando também os recursos humanos necessários em cada momento do desenvolvimento do plano museológico com o objetivo de promover celeridade e permitir a visualização estratégica dos processos para todas as partes envolvidas.

Finalizada a descrição das práticas propostas, é perceptível que a análise de domínio é uma ferramenta com grande espectro de utilidade e tem potencial de gestão estratégica por abranger em si abordagens que levam em consideração contextos acadêmicos, culturais, sociais e técnicos, tendo a capacidade de delimitar e qualificar domínios diversos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um plano museológico é um dos documentos basilares de um museu dentro do contexto nacional, devido seu caráter demonstrativo de identidade institucional que resguarda legalmente a existência do espaço e atuação social do museu. Todavia, foi

verificado, por meio da consulta de manual prático e documentos oficiais disponibilizados pelo IBRAM e o Ministério da Cultura, que a Museologia carece, no quesito de variabilidade, de ferramentas de análise com potencial organizacional ligadas a processos de gestão.

Verificou-se que a natureza do procedimento comumente adotado pelos profissionais, análise SWOT ou matriz FOFA, é demasiadamente generalista e tem sua serventia limitada ao momento inicial do plano museológico tendo como objetivo único o diagnóstico predial, enquanto o modelo proposto com a utilização da análise de domínio, baseado em pesquisa de literatura especializada, tem capacidade para fomentar os processos que precedem a construção de um plano e posteriormente auxiliar na construção dos programas presentes no plano, pois ao delinear e qualificar o domínio museu dentro do seu locus particular a análise de domínio permite a observação de camadas estruturais distintas sejam elas administrativas, sociais ou técnicas.

Este estudo tem ensejo propositivo quanto a perspectiva de emprego da análise de domínio como ferramenta de construção e desenvolvimento de planos museológicos, uma iniciativa que tem também como objetivo ampliar o escopo de discussões sobre as contribuições da Ciência da Informação em relação a outras ciências, nesse caso a Museologia, e propiciar novas discussões e incursões de temáticas e iniciativas semelhantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. Plano museológico: marco de regulação da gestão museal no Brasil. *In: Seminário Internacional sobre Gestão Museológica: questões teóricas e práticas*, 2012, Brasília, DF. **Gestão museológica: questões teóricas e práticas**. Organizador: Wagner Barja. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. p. 27-32.

AMORIM, Igor Soares; CAFÉ, Ligia Maria Arruda. Os conceitos de comunidade discursiva, domínio e linguagem na análise de domínio hjørlandiana. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 17., 2016, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ANCIB, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/190585>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BOYLAN, Patrick J. (Org.) **Como gerir um museu: manual prático**. São Paulo: Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari, Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 2015.

BRASIL. Constituição (1991). **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1991]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. **Cadernos de sociomuseologia**, Lisboa, v. 9, n. 9, p. 9-33, 1996.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Orientações para gestão e planejamento em Museus**. Florianópolis: FCC, 2014.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., Belo Horizonte, 2003. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ENANCIB, 2003.

CURY, Marília Xavier. Educação em museus: panorama, dilemas e algumas ponderações. **Ensino em Revista**. Uberlândia, v. 20, n. 1, jan./jun. 2013.

DAVIES, Stuart. Plano Diretor. **Museologia: roteiros práticos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Vitae, 2001. v. 1.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

DIAS, Célia da Consolação. A análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia da literatura e outras garantias. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 2, 2015.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 6, 1995.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis: a socio-cognitive orientation for Information Science research. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, v. 30, n.3, Feb./Marh, p. 17-21, 2004. Disponível em: <http://www.asis.org/Bulletin/Feb-04/hjorland.html>. Acesso em: 12 jun. 2024.

HOFRICHTER, Markus. **Análise SWOT: quando usar e como fazer**. 1. ed. Porto Alegre: Revolução eBook, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Política Nacional Setorial de Museus - 2010/2020**. Brasília, DF: MinC/Ibram. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Qualificação de gestores e equipes na elaboração de planos museológicos**. Brasília, DF: IBRAM, 2022.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Subsídios para a Elaboração de Planos Museológicos**. Brasília, DF: IBRAM, 2022.

SARACEVIC, Tefko. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995.

TENNIS, Joseph T. Two axes of domains for domain analysis. **Knowledge Organization**, Kent, Ohio, USA, v. 30, n. 3/4, p. 191-195, 2003.

XAVIER, Janaína Silva. As origens e influências do plano museológico brasileiro. In: Seminário Brasileiro de Museologia, 1., 2014, Belo Horizonte, MG. **Anais**. Belo Horizonte: Rede de Professores e Pesquisadores do Campo da Museologia, 2014. p. 90-100.